

Moção 31/2021

Protocolo 33114 Envio em 02/12/2021 14:01:46

Manifesta repúdio à intenção de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores,

Apresentamos à consideração do Plenário, observadas as formalidades regimentais a presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** à intenção de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, conforme desejo amplamente exposto pelo Governo Paulista, por meio do Governador João Dória e pelo Vice Governador Rodrigo Garcia, bem como pelo Secretário Estadual de Projetos e Ações Estratégicas, Rodrigo Maia, e Secretário Estadual da Fazenda, Henrique Meirelles.

JUSTIFICATIVA

A Resolução da Organização das Nações Unidas nº 64/292, de 28 de julho de 2010, diz que o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico compõem o rol de direitos fundamentais à humanidade.

O direito à água assegura a todos, sem qualquer discriminação, água para o uso pessoal e doméstico disponível, acessível, segura, aceitável e acessível economicamente. E o direito humano ao esgotamento sanitário assegura a todos soluções disponíveis, física e economicamente acessíveis, em todas as esferas da vida, de forma segura, social e culturalmente aceitável, promovendo privacidade e dignidade.

De tal forma, exige-se que os Entes Federativos trabalhem em sintonia, nas suas respectivas competências constitucionais, na busca da excelência da política pública de Saneamento Básico.

A Constituição do Estado de São Paulo, em de seu artigo 216, § 2º, assegura que:

“Art. 216. O Estado instituirá, por lei, plano plurianual de saneamento estabelecendo as diretrizes e os programas para as ações nesse campo.

§1º [...]

§2º - O Estado assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionária sob seu controle acionário.”

Consoante a este preceito constitucional, desde 1973 a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) presta os serviços de saneamento básico de água e esgotos, como empresa de economia mista com capital acionário majoritário do Estado (50,3%), tendo seu residual negociado nos mercados da Bovespa (34,5%) e da Bolsa de Nova Iorque (15,2%).

A SABESP é a maior empresa de saneamento das Américas, atendendo trinta e um milhões de pessoas em 375 municípios, dos quais 242 municípios possuem até vinte mil habitantes e cinquenta e quatro possuem de vinte a cinquenta mil habitantes.

A SABESP alcançou, nos 375 municípios operados, os índices de atendimento com abastecimento de água de 98%, de coleta de esgotos de 90,7% e de tratamento de 85% dos esgotos coletados, indicadores equivalentes ou superiores aos de países europeus e norte-americanos que comprovam o desempenho da empresa na expansão e operação dos serviços de saneamento básico.

Na área de atuação da SABESP mais de 20% da população está em alta vulnerabilidade, sendo mais de 10% em extrema pobreza.

No período de 2016 a 2020, a SABESP investiu R\$ 20,8 bilhões (cerca de 1/3 dos investimentos em saneamento no Brasil).

A SABESP opera sob um sistema de subsídio cruzado que permite atender com excelência os pequenos, médios e grandes municípios, além de comunidades de baixa renda e/ou isoladas; executa programas mundialmente referenciados para a regularização de ligações de água e esgotos em áreas periféricas e comunidades carentes ou isoladas; possui um modelo de gestão aberto e de permanente diálogo com a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a sociedade local e as comunidades em geral.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) a água é um direito essencial, no âmbito da saúde, qualidade de vida e o desenvolvimento humano, sendo o saneamento um direito assegurado pela Constituição.

A Lei nº 14.026/2020, que alterou o Marco Legal do Saneamento instituído pela Lei nº 11.445/2007, está orientada para a ampliação da participação do setor privado na prestação de serviços de saneamento básico, mais especificamente de água e esgotos, e proibiu a prestação de serviços mediante contrato de programa.

A referida Lei cria condições muito favoráveis para a implantação de um “monopólio privado” nos serviços de água e esgoto, com

drásticas consequências para a população ao priorizar a geração de lucro como objetivo central dos serviços, pois tenderá à elevação das tarifas e a dificultar a ampliação do atendimento em áreas pouco lucrativas de comunidades pobres e bairros isolados.

A crise hídrica atual já afeta sobremaneira o abastecimento de água em várias cidades paulistas, configurando-se como uma pauta permanente de preocupação para a sociedade que exige adoção de medidas pela empresa prestadora de serviços de saneamento que, via de regra, tornam-se incompatíveis com a geração de lucro aos acionistas.

Não é verdadeira a premissa da “suposta” supremacia da eficiência do setor privado na prestação de serviços de saneamento, tendo em vista os insucessos desse setor em vários municípios, destacando-se aqui a cidade de Itu (SP) que remunicipalizou o saneamento ante o fracasso do operador privado durante a crise hídrica de 2013-2015.

Em anos recentes, o processo de reestatização dos serviços de água e esgotos tem ocorrido mundo afora em países como Espanha, EUA, Alemanha, França, Canadá, Portugal, Argentina, África do Sul, motivado principalmente pela má qualidade dos serviços, descumprimento de investimentos e metas, tarifas elevadas, lucros exorbitantes, falta de transparência e pressão da população, comprovando a falácia de que o setor privado oferece serviços e resultados melhores.

A SABESP atende a todas as condições e exigências contidas em normativos e decretos decorrentes da Lei nº 14.026/2020.

Quase todos os contratos da SABESP com os municípios possuem metas de universalização de atendimento em datas que se antecipam ao ano de 2033, limite estabelecido com a Lei Federal nº 14.026/2020 e que os investimentos necessários para alcançar a meta de universalização da prestação de serviços em toda a sua base de operação estão equacionados no planejamento de longo prazo da empresa.

Considerando as recentes declarações de integrantes do Governo do Estado de São Paulo manifestando a intenção de privatizar a SABESP, entregando o controle estatal da empresa para a iniciativa privada, destacamos que por seu histórico de excelência na prestação de serviços de saneamento, é completamente incoerente e indefensável entregá-la ao setor privado, apenas objetivando um bom negócio para o lucro de alguns em prejuízo de toda a população paulista.

Vale destacar que o assunto tratado pelo objeto desta moção é mais um grave ataque proposto pelo Governo do Estado de São Paulo frente ao funcionalismo público e à máquina pública paulista.

Dessa forma, por todo o exposto, apresentamos esta Moção de Repúdio à intenção de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.



Por fim, solicitando o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta propositura, requeremos que a mesma seja encaminhada ao Excelentíssimo Governador do Estado, João Dória, e cópias ao Vice Governador Rodrigo Garcia; ao Secretário Estadual de Projetos e Ações Estratégicas, Rodrigo Maia; ao Secretário Estadual da Fazenda, Henrique Meirelles; ao senhor Prefeito Municipal, Antonio Takashi Sasada; ao Gerente da Sabesp local, senhor Edison Augusto Ribeiro Lopes, e a imprensa local para conhecimento e divulgação, conforme listagem anexa.

Palácio Legislativo Água Grande, 1º de dezembro de 2021.

JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Vereador



Relação de endereços para encaminhamento da moção e de cópias:

Governador JOÃO AGRIPINO DA COSTA DÓRIA JÚNIOR

Governo do Estado de São Paulo
Av. Morumbi, 4500
05650-905 - São Paulo - SP

Vice- Governador RODRIGO GARCIA

Governo do Estado de São Paulo
Av. Morumbi, 4500
05650-905 - São Paulo - SP

RODRIGO MAIA

Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas do Estado de São Paulo
Av. Morumbi, 4.500 – 1º andar
CEP 05650-905 – São Paulo – SP

HENRIQUE MEIRELLES

Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo
Av. Rangel Pestana, 300
CEP 01091-900 – São Paulo – SP

ANTONIO TAKASHI SASADA

Prefeitura Municipal da Estância Turística de
Paraguaçu Paulista (SP)

EDISON AUGUSTO RIBEIRO LOPES

Sabesp
Rua Manilio Gobbi, nº 892
Paraguaçu Paulista (SP)

JORNAL A SEMANA

Av. Siqueira Campos, nº 410
Paraguaçu Paulista (SP)

PORTAL I7 NOTÍCIAS

Rua Irmã Gomes, nº 329
Paraguaçu Paulista (SP)

